

## verdade lógica

**verdade lógica** Uma verdade que pode ser determinada por meios exclusivamente lógicos. Uma verdade lógica estrita pode ser determinada recorrendo exclusivamente à sua forma lógica: é o caso de «Se Sócrates é casado, é casado», cuja forma lógica é  $F_n \rightarrow F_n$ . As verdades analíticas são verdades lógicas num sentido mais abrangente do termo, pois não podem ser determinadas recorrendo exclusivamente à sua forma lógica: é necessário recorrer também ao significado dos termos não lógicos envolvidos. É o caso de «Se Sócrates é casado, não é solteiro», cuja forma lógica é  $F_n \rightarrow \neg G_n$ . Neste caso, não basta a forma lógica da afirmação para determinar o seu valor de verdade: é igualmente necessário conhecer o significado de «casado» e «solteiro». As verdades conceptuais constituem uma classe mais abrangente de verdades lógicas: a verdade de «Se a neve é branca, tem cor» não pode ser determinada recorrendo exclusivamente à sua forma lógica; é necessário ter em conta a relação conceptual existente entre a brancura e a cor (*ver* DETERMINÁVEL).

Há uma certa tendência para se definir verdade lógica em termos de NECESSIDADE, mas depois define-se necessidade em termos de verdade lógica, o que constitui um círculo vicioso. Os trabalhos recentes em metafísica da MODALIDADE sugerem que as noções de verdade lógica e de verdade necessária não são interdefiníveis porque não são sequer co-extensionais.

A teoria positivista da verdade lógica entende-a como uma mera convenção: uma estipulação linguística relativa ao uso de certas palavras («e», «não», «todo», etc.). A esta teoria opõe-se o realismo lógico segundo o qual as verdades lógicas são independentes da linguagem e dos agentes cognitivos. Afirmar que as verdades lógicas não dependem do mundo é diferente de afirmar que as verdades lógicas podem ser determinadas sem recorrer a informação empírica. Dado que o esquema de Tarski tem de se aplicar a qualquer afirmação, tem de se aplicar também às verdades lógicas. Assim, a seguinte equivalência é verdadeira:

«Sócrates é Sócrates» é verdadeira se, e só se,

Sócrates é Sócrates.

A teoria positivista conduziu muitos filósofos à conclusão de que as identidades eram verdades lógicas porque eram verdades acerca dos nomes envolvidos (no exemplo anterior, «Sócrates») e não acerca da coisa nomeada. Mas esta teoria viola claramente o esquema de Tarski e é implausível por esse motivo; além disso, é falso que o nome «Sócrates» seja idêntico ao nome «Sócrates», uma vez que neste caso se trata de duas coisas tipograficamente semelhantes, mas numericamente diferentes. Aceitar que as verdades lógicas podem ser descobertas sem referência ao mundo mas que apesar disso são verdades que respeitam o esquema de Tarski (pelo que são, num certo sentido, factuais ou acerca do mundo) é o próximo passo teórico óbvio, mas que muitos filósofos ainda se recusam a dar (*ver* ANALÍTICO).

Pensar que  $p \rightarrow p$  é uma verdade lógica é uma confusão porque os símbolos indicados não constituem sequer uma proposição, mas apenas a representação de uma forma lógica. Só derivadamente e com um certo abuso se pode dizer que as concatenações de símbolos da lógica formal são proposições, frases ou afirmações. Assim, a rigor, não é  $p \rightarrow p$  que é uma verdade lógica, mas sim «Se a neve é branca, é branca»; os símbolos da lógica indicam apenas que há um número infinito de verdades lógicas com a mesma forma, como «Se Sócrates é casado, é casado». *Ver* FORMA LÓGICA. DM

**verdade, condições de *Ver*** CONDIÇÕES DE VERDADE.

**verdade, função de *Ver*** CÁLCULO PROPOSICIONAL.

**verdade, teorema da indefinibilidade da *Ver*** TEOREMA DA INDEFINIBILIDADE DA VERDADE.

**verdade, teorias da** A noção de verdade ocorre com notável frequência nas nossas reflexões sobre a linguagem, o pensamento, e a acção. Estamos inclinados a supor, por exemplo, que a

verdade é o objectivo genuíno da investigação científica, que as crenças verdadeiras nos ajudam a atingir os nossos fins, que compreender uma frase é saber que circunstâncias a tornariam verdadeira, que a característica distintiva do raciocínio válido é a preservação fidedigna da verdade quando se argumenta de premissas para uma conclusão, que as afirmações morais não devem ser vistas como objectivamente verdadeiras, e assim por diante. Com vista a avaliar a plausibilidade de tais teses, e com vista a refiná-las e explicar por que razão são correctas (se forem correctas), precisamos de uma teoria acerca do que é a verdade — uma teoria que explique as suas propriedades e as suas relações com outras matérias. Assim, na ausência de uma boa teoria da verdade, poderá haver pouca possibilidade de compreender as nossas faculdades mais importantes.

Todavia, tal coisa, a verdade, tem sido notoriamente evasiva. A antiga ideia de que a verdade é um certo género de «correspondência com a realidade» ainda não foi articulada de modo satisfatório: a natureza da alegada «correspondência», e da alegada «realidade», permanecem obscuras de um modo objectável. Porém, as sugestões alternativas habituais, de que as crenças verdadeiras são «mutuamente coerentes», «pragmaticamente úteis» ou «verificáveis em condições apropriadas», têm sido confrontadas com CONTRA-EXEMPLOS persuasivos. Um ponto de vista que surgiu no séc. XX e que se afasta dessas análises tradicionais é o ponto de vista de que a verdade não é de forma alguma uma propriedade, que a forma sintáctica do predicado «é verdadeiro» distorce o seu carácter semântico real, o qual não é descrever proposições, mas sim aprová-las. Mas esta perspectiva radical também enfrenta dificuldades e sugere, de um modo algo contra-intuitivo, que a verdade não pode ter o papel teórico vital na semântica, epistemologia, e áreas afins, que nós estamos naturalmente inclinados a atribuir-lhe. Deste modo, há a ameaça de a verdade permanecer uma das noções mais enigmáticas: uma teoria explícita da verdade pode parecer essencial, e, no entan-

to, estar fora do nosso alcance. Todavia, estudos recentemente realizados dão-nos algumas razões para ser optimistas.

**Teorias tradicionais** A crença de que a neve é branca deve a sua verdade a uma certa característica do mundo exterior: designadamente, o facto de a neve ser branca. Analogamente, a crença de que os cães ladram é verdadeira em virtude do facto de os cães ladrarem. Este género de observação trivial conduz àquela que é talvez a explicação mais natural e popular da verdade, a teoria da verdade como correspondência, de acordo com a qual uma crença (afirmação, frase, proposição, etc.) é verdadeira justamente no caso de existir um facto que lhe corresponda (Austin 1950, Wittgenstein 1922). Em si, esta tese nada tem de excepcional. Todavia, se for vista como algo que proporciona uma teoria rigorosa, substancial e completa da verdade, se for considerada como algo mais do que uma simples maneira pitoresca de afirmar todas as equivalências da forma «A crença de que  $p$  é verdadeira  $\leftrightarrow p$ », então tem de ser complementada por teorias acerca do que são factos, e acerca daquilo em que consiste uma proposição corresponder a um facto; e estes têm sido os problemas que têm causado o fracasso da teoria da verdade como correspondência. Está longe de ser claro que se adquira qualquer ganho significativo em compreensão ao reduzir-se «a crença de que a neve é branca é verdadeira» a «o facto de a neve ser branca existe»; pois estas expressões parecem igualmente resistentes à ANÁLISE, e parecem demasiado próximas quanto ao significado para que uma delas seja uma explicação informativa da outra. Além disso, a relação geral que se estabelece entre a crença de que a neve é branca e o facto de a neve ser branca, entre a crença de que os cães ladram e o facto de os cães ladrarem, e assim por diante, é muito difícil de identificar. A melhor tentativa até à data é a teoria pictórica de Wittgenstein (1922), na qual uma PROPOSIÇÃO elementar é uma configuração de constituintes primitivos e um facto atómico é uma configuração lógica de objectos simples; um facto atómico corresponde a

## verdade, teorias da

uma proposição elementar (e torna-a verdadeira) quando as suas configurações são idênticas e quando os constituintes primitivos na proposição se referem aos objectos analogamente posicionados no facto, e o valor de verdade de cada proposição complexa é implicado pelos valores de verdade das proposições elementares. Todavia, mesmo que esta explicação fosse correcta tal como está, necessitaria de ser completada com teorias plausíveis acerca de «configuração lógica», «proposição elementar», «REFERÊNCIA», e «IMPLICAÇÃO»; e nenhuma delas é fácil de obter.

Uma característica central da verdade, uma característica que qualquer teoria adequada da verdade deve explicar, é a de que, quando uma proposição satisfaz as suas «condições de demonstração (ou verificação)», então é considerada verdadeira. Na medida em que a propriedade de corresponder à realidade for uma propriedade misteriosa, vamos achar impossível ver por que razão aquilo que tomamos como verificando uma proposição deve indicar a posse dessa propriedade. Por conseguinte, uma alternativa tentadora à teoria da correspondência, uma alternativa que evita conceitos metafísicos, obscuros, e que explica de um modo bastante directo por que razão a verificabilidade implica a verdade, é a de simplesmente identificar a verdade com a verificabilidade (Peirce 1932). Esta ideia pode assumir diversas formas. Uma das versões envolve a suposição adicional de que a verificação é HOLÍSTICA — isto é, de que uma crença é justificada (ou verificada) quando é parte de todo um sistema de crenças que seja consistente e «harmonioso» (Bradley 1914, Hempel 1935). Este ponto de vista é conhecido como teoria da verdade como coerência. Outra versão envolve a suposição de que, associado com cada proposição, há um processo específico para descobrir se se deve acreditar nela ou não. Nesta concepção, dizer que uma proposição é verdadeira é dizer que ela seria verificada pelo processo apropriado (Dummett 1978, Putnam 1981). No contexto da matemática, isso é equivalente à identificação da verdade com a demonstrabilidade.

Os aspectos atraentes da concepção VERIFICACIONISTA da verdade são o de que ela é, do ponto de vista da clareza, uma lufada de ar fresco em comparação com a teoria da correspondência, e o de que ela consegue conectar a verdade com a verificação. O problema é que o elo por ela postulado entre estas duas noções é implausivelmente forte. Tomamos de facto a verificação como indicadora de verdade. Mas reconhecemos também a possibilidade de uma proposição ser falsa apesar de haver óptimas razões para acreditar nela, e de uma proposição poder ser verdadeira mesmo se não formos capazes de descobrir que ela o é. A verificabilidade e a verdade estão sem dúvida fortemente correlacionadas; mas não são seguramente a mesma coisa.

Um terceiro ponto de vista famoso acerca da verdade é conhecido como «pragmatismo» (James 1909, Papineau 1987). Como acabámos de ver, o verificacionista selecciona uma propriedade proeminente da verdade e considera-a como constituindo a essência da verdade. Analogamente, o pragmatista concentra-se noutra característica importante (designadamente, a de que as crenças verdadeiras são uma boa base para a acção) e toma-a como constituindo a própria natureza da verdade. As suposições verdadeiras são, por definição, as que provocam acções com resultados desejáveis. Temos, mais uma vez, uma concepção com uma única característica explicativa atraente. Mas, de novo, a objecção central é a de que a relação que ela postula entre a verdade e o seu alegado *analysans* (neste caso, a utilidade) é implausivelmente estreita. É certo que as crenças verdadeiras tendem a facilitar o êxito. Mas acontece regularmente que acções baseadas em crenças verdadeiras conduzem ao desastre, ao passo que suposições falsas produzem, por puro acaso, resultados maravilhosos.

**Teorias deflacionistas** Um dos poucos factos incontrovertidos acerca da verdade é o de que a proposição de que a neve é branca é verdadeira se, e só se, a neve é branca, a proposição de que é errado mentir é verdadeira se, e só se, é errado mentir, e assim por diante. As teorias

tradicionais reconhecem este facto, mas consideram-no como insuficiente; e, como vimos, inflacionam-no com um certo princípio adicional da forma « $X$  é verdadeiro se, e só se,  $X$  tem a propriedade  $P$ » (tal como corresponder à realidade, ou ser verificável, ou ser adequado como uma base para a acção), o qual supostamente especifica o que é a verdade. Algumas alternativas radicais às teorias tradicionais resultam de se negar a necessidade de qualquer especificação adicional desse género (Quine 1990, Ramsey 1927, Strawson 1950). Por exemplo, poderíamos supor que a teoria básica da verdade não contém nada mais senão equivalências da forma «A proposição  $p$  é verdadeira se, e só se,  $p$ » (Horwich 1990).

Este tipo de proposta deflacionista é melhor apresentada em conjunção com uma explicação da *raison d'être* da nossa noção de verdade, nomeadamente a de que ela nos permite exprimir atitudes em relação àquelas proposições que somos capazes de designar, mas que não somos capazes de formular explicitamente. Suponha, por exemplo, que lhe dizem que as últimas palavras de Einstein exprimiram uma tese acerca da física, uma área na qual você pensa que ele era de absoluta confiança. Suponha-se que a tese de Einstein era a proposição de que a mecânica quântica está errada, mas que o leitor não o sabe. Que conclusão pode extrair? Exactamente que proposição se torna o objecto apropriado da sua crença? Não é, obviamente, a proposição de que a mecânica quântica está errada; pois o leitor não sabe que isso foi o que Einstein disse. O que é preciso é algo equivalente à conjunção infinita «Se o que Einstein disse foi que  $E = mc^2$ , então  $E = mc^2$ , e se aquilo que ele disse foi que a mecânica quântica está errada, então a mecânica quântica está errada...», e assim por diante.

Ou seja, uma proposição  $K$  com as seguintes propriedades: de  $K$  e de qualquer premissa adicional da forma «A tese de Einstein era a proposição  $p$ », pode-se inferir « $p$ » (seja esta qual for). Suponhamos agora que, tal como o deflacionista diz, a nossa compreensão do predicado de verdade consiste na decisão estipula-

tiva de aceitar qualquer exemplo do esquema «A proposição  $p$  é verdadeira se, e só se,  $p$ ». Então o nosso problema está resolvido. Uma vez que se  $K$  for a proposição expressa pela frase «A tese de Einstein é verdadeira», ela terá precisamente o poder inferencial exigido. A partir dela e de «A tese de Einstein é a proposição de que a mecânica quântica está errada» pode-se, através da lei de Leibniz, inferir «A proposição de que a mecânica quântica está errada é verdadeira», a qual, dado o axioma relevante da teoria deflacionista, permite derivar «A mecânica quântica está errada». Por conseguinte, um ponto a favor da teoria deflacionista é o de que ela se ajusta a uma história plausível acerca da função da nossa noção de verdade: os seus axiomas explicam essa função sem ser necessária qualquer análise adicional «daquilo que a verdade é».

Nem todas as variantes do deflacionismo têm esta virtude. De acordo com a teoria da verdade como redundância, ou teoria performativa da verdade, o par de frases «A proposição  $p$  é verdadeira» e a frase simples « $p$ » têm exactamente o mesmo significado e exprimem a mesma afirmação; assim, é uma ilusão sintáctica pensar que «é verdadeira» atribua qualquer género de PROPRIEDADE a uma proposição (Ramsey 1927, Strawson 1950). Mas, nesse caso, torna-se difícil explicar por que razão estamos autorizados a inferir «A proposição de que a mecânica quântica está errada é verdadeira» a partir de «A tese de Einstein é a proposição de que a mecânica quântica está errada» e de «A tese de Einstein é verdadeira». Uma vez que, se a verdade não é uma propriedade, então já não podemos explicar a inferência invocando a lei de que se  $X$  é idêntico a  $Y$ , então qualquer propriedade de  $X$  é uma propriedade de  $Y$ , e vice-versa. Assim, a teoria da redundância, ou teoria performativa, ao identificar os conteúdos de «A proposição  $p$  é verdadeira» e « $p$ », em vez de se limitar a correlacioná-los, bloqueia a possibilidade de uma boa explicação de uma das mais significativas e úteis características da verdade. Por conseguinte, é melhor restringir a nossa pretensão ao

verdade, teorias da

esquema de equivalência (fraco): a proposição  $p$  é verdadeira se, e só se,  $p$ .

Uma vindicação do deflacionismo depende da possibilidade de mostrar que os seus AXIOMAS (exemplos do esquema de equivalência), sem serem complementados por qualquer análise adicional, são suficientes para explicar todos os factos centrais acerca da verdade; por exemplo, o facto de a verificação de uma proposição indicar que ela é verdadeira e o facto de as crenças verdadeiras terem um valor prático. O primeiro desses factos segue-se trivialmente dos axiomas deflacionistas. Uma vez que, dado o nosso conhecimento *A PRIORI* da EQUIVALÊNCIA entre « $p$ » e «A proposição  $p$  é verdadeira», qualquer razão para acreditar em  $p$  torna-se uma razão igualmente boa para acreditar que a proposição  $p$  é verdadeira. O segundo facto pode também ser explicado em termos dos axiomas deflacionistas, mas de uma forma que não é tão fácil. Para começar, considerem-se crenças da forma B) Se eu executar o acto A, então os meus desejos serão realizados. O papel psicológico de tal crença é, *grosso modo*, o de causar a execução de A. Ou seja, dado que tenho de facto a crença B, então, habitualmente, executarei o acto A. Quando a crença é verdadeira então, dados os axiomas deflacionistas, a execução de A conduzirá de facto à realização dos desejos da pessoa; isto é, Se B é verdadeira então, se eu executar A, os meus desejos serão realizados. Logo, se B é verdadeira, então os meus desejos serão realizados.

Assim, é bastante razoável valorizar crenças daquela forma. Mais tais crenças são derivadas por meio de uma inferência a partir de outras crenças, e pode esperar-se que sejam verdadeiras caso essas outras crenças sejam verdadeiras. Assim, é razoável valorizar a verdade de qualquer crença que possa ser usada em tal inferência.

Na medida em que tais explicações deflacionistas possam ser dadas para todos os factos que envolvem a verdade, as exigências explicativas impostas sobre uma teoria da verdade serão satisfeitas pela colecção de todas as frases declarativas como «A proposição de que a

neve é branca é verdadeira se, e só se, a neve é branca» e a ideia de que precisamos de uma análise profunda da verdade será rejeitada.

Todavia, há diversas objecções, fortemente sentidas, contra o deflacionismo. Uma razão de descontentamento é a de que a teoria tem um número infinito de axiomas e, logo, não pode ser completamente formulada. Pode ser descrita (como a teoria cujos axiomas são as proposições da forma « $p$  se, e só se, é verdade que  $p$ »), mas não explicitamente formulada (*ver* DEFINIÇÃO EXPLÍCITA / IMPLÍCITA). Este alegado defeito conduziu alguns filósofos a desenvolver teorias que mostram, em primeiro lugar, como é que a verdade de qualquer proposição se deriva das propriedades referenciais das suas partes constituintes; e, em segundo lugar, como é que as propriedades referenciais das constituintes primitivas são determinadas (Tarski 1943, Davidson 1969). Porém, a suposição de que todas as proposições (incluindo atribuições de crença, leis da natureza, e condicionais contrafactuais) dependem, quanto aos seus valores de verdade, daquilo a que as suas partes constituintes se referem, continua a ser uma suposição controversa. Além disso, não há qualquer possibilidade imediata de obter uma teoria da referência decente e finita. Assim, está longe de ser claro que o carácter infinito, tipo lista, do deflacionismo possa ser evitado.

Outra causa de descontentamento com a teoria é que certos exemplos do esquema de equivalência são claramente falsos. Considere-se A) «A PROPOSIÇÃO EXPRESSA PELA FRASE EM MAIÚSCULAS NÃO É VERDADEIRA». Fazendo substituições no esquema, obtém-se uma versão do PARADOXO DO MENTIROSO; em particular, tem-se B) «A proposição de que a proposição expressa pela frase em maiúsculas não é verdadeira é verdadeira se, e só se, a proposição expressa pela frase em maiúsculas não é verdadeira», a partir da qual uma contradição é facilmente derivável. (Dada B, a suposição que A é verdadeira implica que A não é verdadeira, e a suposição que ela não é verdadeira implica que é verdadeira.) Consequentemente, nem todo o exemplo do esquema de equivalência pode ser

incluído na teoria da verdade; mas não é uma tarefa simples especificar aqueles que devem ser excluídos (Kripke 1975). Naturalmente, ao enfrentar este problema, o deflacionismo está longe de estar sozinho.

Uma terceira objecção à versão da teoria deflacionista aqui apresentada diz respeito ao facto de ela se basear em proposições como veículos básicos da verdade. Muita gente pensa que a noção de proposição é defeituosa e que não devia ser usada em semântica. Se aceitarmos este ponto de vista, a reacção deflacionista natural é tentar uma reformulação que faça apelo apenas a frases; por exemplo,

«*p*» é verdadeira se, e só se, *p*.

Mas esta «teoria descitacionista da verdade» (Quine 1990) enfrenta problemas sérios no caso de INDEXICAIS, demonstrativos e outros termos cujos referentes variam com o contexto de uso. Não é verdade, por exemplo, que todo o exemplo de «tenho fome» seja verdadeiro se, e só se, tenho fome. E não existe uma maneira simples de modificar o esquema descitacionista de maneira a resolver este problema. Uma saída possível destas dificuldades é resistir à crítica a proposições. Tais entidades podem exibir um grau indesejável de indeterminação, e podem desafiar qualquer redução a itens familiares; todavia, oferecem de facto uma explicação plausível da crença (como uma relação com proposições) e, pelo menos na linguagem corrente, são de facto tomadas como os portadores primários de verdade.

**O papel da verdade na metafísica e na epistemologia** Supõe-se hoje em dia que os problemas acerca da natureza da verdade estão intimamente ligados a questões relativas à acessibilidade e autonomia de factos pertencentes a diversos domínios, a questões acerca de saber se os factos podem ser conhecidos e se podem existir independentemente da nossa capacidade para os descobrir (Dummett 1978, Putnam 1981). Poder-se-ia argumentar, por exemplo, que se «T é verdadeira» não significa mais nada senão «T será verificada», então cer-

tas formas de cepticismo (em especial aquelas que duvidam da correcção dos nossos métodos de verificação) serão bloqueadas, e que os factos terão sido exibidos como algo que depende de práticas humanas. Alternativamente, poder-se-ia dizer que se a verdade fosse uma propriedade não epistémica, primitiva e inexplicável, então o facto de T ser verdadeira seria completamente independente de nós. Além disso, poderíamos, nesse caso, não ter qualquer razão para supor que as proposições nas quais acreditamos têm de facto essa propriedade; assim, o cepticismo seria inevitável. De forma análoga, poder-se-ia pensar que uma característica especial (e talvez indesejável) do ponto de vista deflacionista é a de que se retira à verdade quaisquer implicações metafísicas ou epistemológicas daquele género.

Todavia, um escrutínio mais rigoroso do problema revela que está longe de ser claro que exista qualquer concepção da verdade com consequências relativamente à acessibilidade e autonomia de matérias não semânticas. Uma vez que, embora se possa esperar que uma teoria da verdade tenha tais implicações para factos da forma «T é verdadeira», não se pode supor sem um argumento adicional que a mesma conclusão se aplica ao facto T. Pois, dada a teoria acerca do «verdadeiro» que está a ser usada, não se pode supor que T e «T é verdadeira» sejam equivalentes uma à outra. Naturalmente, se a verdade for definida da maneira que o deflacionista propõe, então a equivalência é válida por definição. Mas se a verdade for definida através de uma referência a uma certa característica metafísica ou epistemológica, então a dúvida é lançada sobre o esquema de equivalência, aguardando-se uma demonstração de que o predicado de verdade, no sentido pressuposto, o irá satisfazer. Na medida em que se pensa que há problemas epistemológicos sobre T que não ameaçam «T é verdadeira», será difícil proporcionar a demonstração exigida. Analogamente, se «verdade» for definida de tal modo que o facto T seja visto como mais (ou menos) independente de práticas humanas do que o facto «T é verdadeira», então não é de

verdadeiro, símbolo do

novo claro que o esquema de equivalência seja válido. Por conseguinte, parece que a tentativa de basear conclusões epistemológicas ou metafísicas numa teoria da verdade teria de fracassar, uma vez que, em qualquer tentativa do género, o esquema de equivalência seria simultaneamente admitido e rejeitado. *Ver também* CONTEÚDO, REALISMO. PH

- Austin, J. L. 1950. Truth. *Proceedings of the Aristotelian Society* Sup. Vol. 24: 11–28.
- Bradley, F. H. 1914. *Essays on Truth and Reality*. Oxford: Clarendon Press.
- Davidson, D. 1967. Truth and Meaning. *Synthese* 17: 304–323.
- Davidson, D. 1969. True to the Facts. *Journal of Philosophy* 66: 748–764.
- Davidson, D. 1990. The Structure and Content of Truth. *Journal of Philosophy* 87: 279–328.
- Dummett, M. 1978. *Truth and Other Enigmas*. Londres: Duckworth.
- Hempel, C. 1935. On the Logical Positivist's Theory of Truth. *Analysis* 2: 45–59.
- Horwich, P. G. 1990. *Truth*. Oxford: Blackwell.
- James, W. 1909. *The Meaning of Truth*. Nova Iorque: Longmans Green.
- Kripke, S. 1975. Outline of a Theory of Truth. *Journal of Philosophy* 72: 690–716.
- Papineau, D. 1987. *Reality and Representation*. Oxford: Blackwell.
- Peirce, C. S. 1932. *Collected Papers*. Cambridge, MA: Harvard University Press, vols. 2–4.
- Putnam, H. 1981. *Razão, Verdade e História*. Trad. A. Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- Quine, W. V. O. 1990. *Pursuit of Truth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ramsey, F. 1927. Facts and Propositions. *Proceedings of the Aristotelian Society* Sup. Vol. 24: 125–156.
- Tarski, A. 1943. The Semantic Conception of Truth. *Philosophy and Phenomenological Research* 4: 341–375.
- Wittgenstein, L. 1922. *Tratado Lógico-Filosófico*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Gulbenkian, 1994.

**verdadeiro, símbolo do** *Ver* SÍMBOLO DO VERDADEIRO.

**verdul** *Ver* PARADOXO DE GOODMAN.

**verificacionismo** É no contexto das discussões sobre os fundamentos metodológicos e epistemológicos das ciências, ocorridas nas décadas de 20 e 30 no chamado «Círculo de Viena» (*ver* POSITIVISMO LÓGICO), que o termo «verificacionismo» adquire um significado técnico particular e se define como tópico filosófico central. Não se pode entretanto afirmar que sobre o conceito exista um acordo entre as principais figuras daquele movimento, mas será antes correcto notar que o verificacionismo aparece como um conceito diferentemente interpretado consoante as diversas, e frequentemente antagónicas, atitudes teóricas. É verdade que é possível definir genericamente o verificacionismo como a posição epistemológica segundo a qual o significado de uma proposição depende da possibilidade da sua verificação, ou ainda do método escolhido para a sua verificação. Na verdade é em grande parte a determinação de um critério de significação (*Bedeutungskriterium*) que está em causa para os filósofos do positivismo lógico, preocupados em grande medida com uma demarcação nítida dos enunciados científicos em relação aos enunciados metafísicos. Influenciados pelas ideias desenvolvidas no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) de Wittgenstein, alguns autores defenderam inicialmente um critério de significação demasiado estreito e é a discussão desse conceito que marcará posteriormente as acepções do termo «verificação».

No *Tractatus* uma proposição era verdadeira se, e só se, representava um facto e era falsa se não existisse qualquer facto representado. A possibilidade de representar ou não representar o facto era o que determinava que a proposição tivesse ou não sentido. É por isso que, por exemplo, uma tautologia (chove ou não chove), que não pode logicamente representar qualquer facto, não tem sentido (*Tractatus*, 4.461, 4.4611). Segundo o Wittgenstein deste período existirão factos atómicos, afinal os constituintes elementares do mundo, a que correspondem proposições atómicas. Destes factos elementa-